

**De borboletas e sabor chinês, ou sobre Virginia Woolf e tradução****On butterflies and Chinese flavor, or On Virginia Woolf and translation****Ana Carolina de Carvalho Mesquita**

**Resumo:** O presente artigo busca proceder uma análise do pensamento de Virginia Woolf acerca da tradução e de suas contribuições para debates sobre o tema. Para tanto, analisa a posição da autora em quatro de seus ensaios, “Sobre estar doente”, “O ponto de vista russo”, “Sobre não saber grego” e “Craftmanship”. Partindo de sua correspondência com a escritora chinesa Ling Shuhua, em que Woolf recomenda preservar o “sabor chinês” de seus escritos em inglês, examina como a autora articula uma concepção de linguagem pautada pela primazia do sensível, do som e da estranheza. Ao tensionar a dicotomia entre significante e significado, o artigo aproxima suas reflexões das teorias de Walter Benjamin, Jacques Derrida e Jacques Lacan, destacando afinidades quanto à irredutibilidade da linguagem e à recusa de sua transparência. A partir desse percurso, propõe-se que a concepção woolfiana de tradução oscila entre a adoção da ideia de perda e o reconhecimento do valor do estranhamento e da irredutibilidade da língua. O artigo busca contribuir para reposicionar a obra ensaística de Woolf no debate contemporâneo sobre tradução, linguagem e alteridade.

**Palavras-chave:** Virginia Woolf. Tradução. Linguagem. Double-bind tradutório.

**Abstract:** This article aims to analyze Virginia Woolf's thought on translation and her contributions to contemporary debates on the subject. To this end, it examines her position in four of her essays — *On Being Ill*, *The Russian Point of View*, *On Not Knowing Greek*, and *Craftmanship*. Drawing on her correspondence with the Chinese writer Ling Shuhua, in which Woolf recommends preserving the “Chinese flavor” of her writings in English, the article explores how Woolf articulates a conception of language grounded in the primacy of the sensorial, the auditory, and the strange. By interrogating the dichotomy between signifier and signified, the article brings her reflections into dialogue with the theories of Walter Benjamin, Jacques Derrida, and Jacques Lacan, highlighting shared concerns regarding the irreducibility of language and the rejection of its transparency. Based on this trajectory, it is argued that Woolf's conception of translation oscillates between the idea of loss and the recognition of the value of estrangement and linguistic irreducibility. The article seeks to contribute to a repositioning of Woolf's essayistic work within contemporary debates on translation, language, and alterity.

**Keywords:** Virginia Woolf. Translation. Language. Translational double-bind.

No início do icônico *A Room of One's Own*,<sup>1</sup> de 1929, Virginia Woolf reflete sobre o convite recebido para palestrar em universidades para mulheres sobre o tema “mulheres e ficção” e comenta não entender ao certo sobre o que desejam que ela discorra, uma vez que isso poderia significar diversas coisas: as mulheres como elas são, as ficções que escrevem,

<sup>1</sup> Já traduzido para o português como, entre outros, *Um teto todo seu* e *Um quarto só seu*.

as ficções que se escreve sobre as mulheres – ou talvez as três coisas conectadas.<sup>2</sup> Tais considerações constituirão o centro mesmo desse longo ensaio, expandidas, digredidas e ficcionalizadas. Estendendo-se essa mesma lógica ao tema que proponho analisar, Virginia Woolf e tradução, é possível indagar acerca de seus múltiplos significados: o pensamento da escritora sobre a tradução, as traduções realizadas por ela, as traduções feitas da sua obra para diversas línguas, ou, ainda, o que sua obra tem a contribuir para as atuais correntes críticas sobre tradução. Dado o exíguo espaço disponível de um artigo, pretendo contribuir para a análise de duas dessas questões: as relações entre o pensamento woolfiano sobre tradução e suas contribuições para os debates sobre o tema. Digo pretendendo contribuir pois considero que, tal como ocorre em *A Room...*, dada a natureza delas e o fato de estarem inextricavelmente conectadas, minhas reflexões deverão forçosamente permanecer em aberto e sem resolução.<sup>3</sup>

Entre o final de 1937 e início de 1938, Virginia Woolf iniciou correspondência com Ling Shuhua, artista, poeta e escritora chinesa modernista que tivera um caso amoroso com seu falecido sobrinho Julian Bell (1908-1937) durante o período em que ele lecionou na Universidade de Wuhan, na China. Após ler uma carta de Shuhua sobre as dificuldades de viver sob a segunda guerra Sino-Japonesa (1937-1945), Woolf a incentivou a escrever suas memórias em inglês e se ofereceu a auxiliá-la na tarefa. Shuhua enviava regularmente trechos da sua obra, que eram então comentados por Woolf. Após a morte desta em 1941, Vita Sackville-West, amiga e ex-amante de Woolf, ajudou Ling Shuhua a revisar o manuscrito, que foi publicado em 1953 pela Hogarth Press sob o título *Ancient Melodies* (Zhang, 2012).

Em uma de suas cartas, Woolf aconselhou Shuhua a preservar o “sabor chinês” de seu texto, mesmo escrevendo suas memórias na língua inglesa. Tal observação enseja

<sup>2</sup> Virginia lê dois artigos para a Arts Society, do Newham College, e para a ODTAA Society, do Girton College, em outubro de 1928, e os utiliza como base para *A Room of One's Own*. Assim ela diz na abertura desse texto: “O título ‘As mulheres e a ficção’ poderia significar [...] as mulheres e como elas são, ou as mulheres e a ficção que elas escrevem; ou [...] as mulheres e a ficção que se escreve sobre elas; ou talvez essas três opções estejam inextricavelmente emaranhadas [...]” (*Um teto todo seu*, trad. Vanessa Barbara, ed. Antofágica, 2022, p. 21-22).

<sup>3</sup> Diz Woolf que, ao analisar as questões colocadas na nota acima, “nunca seria capaz de chegar a uma conclusão. Nunca conseguiria cumprir aquilo que, a meu ver, é a principal obrigação de um palestrante: entregar, após uma hora de discurso, uma pura pepita de verdade que vocês possam resumir nas páginas dos seus cadernos e manter na mesinha de cabeceira para sempre.” (op. cit., p. 22)

curiosidade quanto ao que exatamente Virginia Woolf queria dizer com aquilo. Talvez enuncie o que, provavelmente, constituía o seu pensamento sobre linguagem e tradução na época. Em 1930, ela acabara de revisar seu ensaio “Sobre estar doente” (*On Being Ill*), que fora publicado na revista *The Criterion* quatro anos antes, em 1926, a fim de lançá-lo em sua própria editora, a Hogarth Press. Nesse ensaio, curiosamente, ela afirma o seguinte:

Na saúde, o significado avança sobre o som. Nossa inteligência tiraniza os sentidos. Mas na doença, com a polícia à paisana, nos arrastamos para baixo de poemas obscuros de Mallarmé ou de Donne, de alguma frase em latim ou grego, e as palavras soltam seu aroma e destilam seu sabor, e então, se finalmente alcançamos o seu significado, este é muito mais rico por ter chegado a nós primeiro pelos sentidos, através do palato e das narinas, como um odor incomum. Os estrangeiros, para quem nossa língua é estranha, têm essa vantagem: os chineses devem conhecer o som de *Antônio e Cleópatra* melhor do que nós. (Woolf, 2021)

Assim, tanto em seu conselho a Shuhua quanto em “Sobre estar doente”, Woolf parece defender a primazia dos sentidos e não do significado na fruição de um texto, da estranheza sobre a fluência (“o sabor chinês”, posto que os chineses conheciam melhor o som de Shakespeare que os próprios ingleses), evocando para nós, leitores contemporâneos, o antigo debate na prática tradutória entre estrangeirização e domesticação (segundo os termos de Lawrence Venuti) ou etnocentrismo e fidelidade à letra (conforme Antoine Berman).<sup>4</sup>

Tal postura woolfiana sobre tradução parece opor-se à do sobrinho Julian Bell, que ajudara Ling Shuhua a traduzir seus contos para o inglês. Ao comentar sobre tal episódio, Biljana Dojčinović-Nešić denomina os manuscritos dessas traduções de “artefatos interessantes” devido às anotações e edições de Bell, que estava “obviamente interessado em apagar tudo o que lhe parecia ‘sentimental demais’ nessas histórias [...]. Aí aparentemente se situa o nó onde questões de colonialismo, gênero e linguagem se entrelaçam” (Dojčinović-Nešić, 2010).

---

<sup>4</sup> Grosso modo, ambos sinalizam para uma dicotomia no ato tradutório conflagrada pelo embate entre o que seria uma tradução que ocultaria as diferenças linguísticas e culturais do texto de partida, apagando o próprio fato de que o texto de chegada constitui uma tradução, e aquelas que conservariam as estranhezas do texto de partida no de chegada.

Os próprios relatos de Bell acerca do processo aparentam ilustrar o ponto de Dojčinović-Nešić. Em uma carta de 20 de março de 1936, ele assim escreve:

Chamo isso de traduzir, *mas é um negócio estranho*, só possível dadas nossas condições muito peculiares. Elaverte seu próprio chinês para o inglês – com uma linguagem bastante compreensível e extremamente gramatical. Depois eu a interrogo sobre a nuance exata do significado que deseja, o que geralmente envolve certa tradução literal de ideogramas [...]. Tendo obtido a ideia “exata” (a palavra “geral” foi riscada) do significado, procedo à invenção de uma frase em inglês e a digito, acrescentando bastante coisa, especialmente tempos verbais, expandindo palavras que foram comprimidas em imagens e fornecendo expressões idiomáticas e convenções inglesas aproximadamente equivalentes etc. O resultado me parece muito empolgante: espero que também o seja para os outros. (Bell, *apud* Dojčinović-Nešić, 2010, grifos meus).

A posição de Bell parece colonialista, apropriativa – em suma, domesticadora e etnocêntrica – ao validar a abordagem clássica que a tradução assumiu ao longo da história imperialista do mundo ocidental. Se, conforme observa Kanavilil Rajagopalan (2001), “tradução significa poder, [...] uma distribuição desigual do poder ‘lectal’ entre as línguas/dialetos envolvidos. [...] Em outras palavras, a relação entre tradução e poder seria semelhante àquela entre fumaça e fogo. Onde há tradução, com certeza, pode-se detectar a presença do poder”, analisar Shuhua e sua escrita exofônica requereria inseri-la em contextos históricos que levassem em conta as lentes do imperialismo, posto que a China foi semicolonizada na primeira metade do século XX. No entanto, Dojčinović-Nešić comenta as traduções de Bell e Shuhua oferecendo uma reviravolta interessante. Mesmo afirmando que a observação de Woolf acerca do “sabor chinês” está, segundo seu ponto de vista, “completamente em concordância com posicionamentos teóricos recentes segundo os quais as traduções fluentes são antiéticas, por negarem o Outro”, sendo tanto “etnocêntricas quanto fomentadoras do imperialismo cultural”, ela questiona:

Mas não é esse, por outro lado, um discurso condescendente proveniente do centro da língua na qual o Outro deseja adentrar? Por que negar a ela, a nossa tradutora, a capacidade de falar como quiser, de se valer de uma língua como uma máscara de perfeição, se ela assim o puder? Não seria a insistência na diferença uma forma de pressão cultural, da mesma maneira que a insistência na semelhança? (Dojčinović-Nešić, 2010)

Assim, a tradução – a contaminação, por assim dizer, dos diferentes –, tal como a literatura e a arte, também pode ser paradoxalmente vista como aquilo que propicia a saída das mesmas relações de poder que elas perpetuam, bem como a passagem por excelência para o Outro – ainda que, como sugere Dojčinović-Nešić, esse desmascaramento da ideia de universal ocorra não pela ênfase na diferença, e sim pela máscara da semelhança. “São necessárias duas línguas para falar uma e saber que o que falamos é uma língua”, diz Barbara Cassin (2022, p. 12).

Woolf foi uma escritora fundamentalmente preocupada com a questão das alteridades e identidades, colocando em questão pressupostos cristalizados em relação à universalidade e univocidade de experiências e discursos sobre os sujeitos. Como veremos, contudo, sua abordagem das outridades no tocante a tradução, língua e linguagem sofre oscilações ao longo dos anos, complicando quaisquer suposições simplistas acerca da sua postura quanto ao tema.

Em “O ponto de vista russo” (“*The Russian Point of View*”), publicado no primeiro volume de *O leitor comum* (*The Common Reader – First Series*, de 1925), isto é, mais de dez anos antes da correspondência com Ling Shuhua, a tradução se situa no centro de suas reflexões. Ali, de certo modo, Virginia Woolf invoca o mito bíblico da Torre de Babel, questionando até que ponto podemos realmente nos compreender uns aos outros: “Se com frequência não temos certeza se os franceses ou os americanos, de quem somos tão próximos, possam ainda assim compreender a literatura inglesa, devemos admitir dúvidas mais graves, a despeito de todo o entusiasmo, sobre a capacidade de os ingleses compreenderem a literatura russa” (Woolf, 2023). Nesse ensaio, ela chama a língua de “barreira muito séria”, e afirma:

De todos que se deleitaram com Tolstói, Dostoiévski e Tchekhov durante os últimos vinte anos, não mais do que um ou dois foram porventura capazes de lê-lo em russo. Nossa avaliação sobre a qualidade desses autores foi formada por críticos que nunca leram uma palavra de russo, ou conheciam a Rússia ou mesmo ouviram o idioma falado por nativos; *que tiveram de depender, cega e tacitamente, da palavra dos tradutores*. O que estamos dizendo equivale ao seguinte, então, *que julgamos uma literatura inteira despojada de seu estilo.* (Woolf, 2023, grifos meus)

Woolf parece considerar, aí, que o único aspecto da literatura passível e possível de tradução (e ainda assim, de maneira inferior) constituiria o conteúdo (sentido/significado), e não a forma (estilo). Ao afirmar que nada resta “senão uma versão crua e mais grosseira do sentido” depois que cada palavra russa foi convertida para o inglês, ela se vale de uma imagem chocante para se referir aos “grandes escritores russos” nessa situação: a de “homens privados por um terremoto ou um acidente de trem não apenas de todas as vestes, mas também de algo mais sutil e mais importante – os seus costumes, as idiossincrasias de seus atributos” (Woolf, 2023). De forma generalizada, o processo tradutório é visto nesse ensaio como fundamentalmente violento, dadas as imagens que ela evoca – terremotos, privação, acidentes, mutilações –, resultando, no fim, em algo que, segundo suas próprias palavras, seria “falso”. Desta forma, o ato de traduzir é retratado não apenas como um empreendimento um tanto fútil, mas também brutal.

Em seu livro sobre as traduções colaborativas entre Virginia Woolf, Katherine Mansfield e Samuel Kotelianski (Kot), Claire Davison (2014) aponta que entre 1910 e 1930, durante a “febre russa” na Inglaterra, viveu-se uma autoconsciência linguística sem precedentes, originada da percepção de que o ato de traduzir (e não apenas o produto final da tradução) era relevante para as trocas culturais. Apesar disso, Davison observa que mesmo com tal recepção positiva das dinâmicas literárias transnacionais permaneceram dois paradoxos. Um deles, o “paradoxo entrópico”, ainda que enxergasse a tradução como força propulsora nas trocas culturais, seguia avaliando as traduções individuais com base na noção de perda linguística – ou seja, em termos daquilo que um texto de partida perde ao se configurar em texto de chegada. O outro, o “paradoxo do isolamento”, destacava que, embora a tradução fosse geralmente considerada resultado de um intercâmbio cultural coletivo, a atividade do tradutor era necessariamente solitária, e portanto limitada.

Davison analisa as cotraduções de Mansfield, Woolf e Kot do russo para o inglês como uma prática que permitiu às duas escritoras experimentarem com estilo, voz, ritmo textual e edição, transformando o ato tradutório em um verdadeiro “laboratório modernista” e possibilitando que pensassem através de tradições, estilos e gêneros. Isso lhes teria sido particularmente útil, visto que desorientar a identidade e a cultura próprias a

fim de se abrir para influências estranhas ou estrangeiras (*l'étrangère*) e perturbar a economia etnocêntrica e logocêntrica da literatura foi algo de crucial importância para o projeto modernista (Bernard, 2015). É nesse sentido que Davison reflete sobre o que o ato de traduzir pôde, na realidade, *acrescentar* ou *movimentar* na literatura de Mansfield e Woolf, indo na direção contrária, portanto, dos dois paradoxos em curso que ela havia observado. “Tal trabalho em diálogo [de Woolf, Mansfield e Kot] fez com que o engajamento das duas escritoras com a ficção russa nem sempre fosse frustrado pelas limitações da tradução, *por mais que seja exatamente isso o que sugere Woolf no tão citado ensaio ‘O ponto de vista russo’*” (Davison, 2014, p. 4-6, grifos meus).

À luz dessas contradições, quanto os ataques de Woolf sobre a tradução em 1925 n’*“O ponto de vista russo”* pareçam inclementes, é preciso conectá-los à ideia que ela viria a desenvolver um pouco mais tarde em *Sobre estar doente*, já comentada anteriormente: a de que estrangeiros seriam capazes de *sentir* uma língua estrangeira melhor do que os nativos, pois para eles o aspecto do estilo permanecerá para sempre irredutível, para sempre *estranho* – e portanto sempre novo, imune às armadilhas da familiarização. Woolf parece valorizar, aí, a importância do significante na linguagem, frequentemente em detrimento do significado ou da semântica, invertendo sua posição anterior em relação ao tema. Mas, ao sinalizar que as línguas não são transparentes, ela não altera sua postura de descrédito sobre a tradução. Ocorre é que, agora, isso parece se dar por outro motivo: como um elogio à própria irredutibilidade e rebeldia das línguas e suas resistências intrínsecas – ou, nas palavras dela, suas barreiras.

É o que ela parece corroborar em “Sobre não saber grego” (*On Not Knowing Greek*), ensaio contemporâneo de “O ponto de vista russo”. Já no início, diz:

Pois é vão e tolo falar em saber grego, uma vez que em nossa ignorância deveríamos estar entre os últimos de qualquer turma de colegiais, uma vez que não sabemos como soavam as palavras, ou onde exatamente deveríamos rir, nem como atuavam os atores, e entre esse povo estrangeiro e nós não existe a mera diferença de raça e de língua, mas uma tremenda ruptura de tradição. (Woolf, 2023)

Mais adiante, Woolf afirma que as palavras gregas só poderiam encontrar expressão plena no próprio grego, e conclui: “É inútil, portanto, ler grego em traduções. Os tradutores só podem nos oferecer um vago equivalente; sua língua é necessariamente cheia de ecos e associações.”

Contudo, quinze anos depois, ela sugeriria no ensaio “Craftsmanship” (1937) que *todas as línguas* (e não apenas “as dos tradutores”) seriam necessariamente cheias de ecos e associações, impossibilitando que sejam faladas plenamente, *mesmo no caso de nativos*.

Nesse ensaio, ela afirma que os inúmeros significados e sugestões das palavras fazem com que elas não possam ser totalmente compreendidas, a tal ponto tal que o melhor seria abandonarmos de todo a ideia de que elas são úteis.

[...] as palavras não nasceram dotadas para a utilidade. Se insistimos em forçá-las, contra a sua natureza, a serem úteis, pagamos o preço de nos induzirem em erro, de nos enganarem, de nos abrirem um lenho na cabeça. Tantas vezes fomos enganados por elas, tantas vezes já nos provaram que *odeiam ser úteis, que a sua natureza é, não expressar uma afirmação simples, mas mil possibilidades* — fizeram-no tantas vezes que, por fim, felizmente, começamos a encarar este facto. (Woolf, 2015)

Tampouco deveríamos nos aferrar à ideia de que detemos algum controle sobre as palavras. Estas são livres, “contrairão muitos casamentos” independentemente de seus falantes (uma vez que vivem “variadamente e estranhamente, como os seres humanos, vagando de um lado para outro, apaixonando-se, e acasalando-se”), recusando-se a morar nos dicionários e preferindo viver na mente.

Ora, o poder de sugestão é uma das mais misteriosas propriedades das palavras. Todo e qualquer um que já tenha escrito uma frase tem de estar consciente ou semiconsciente disto. As palavras, as palavras inglesas, *estão cheias de ecos, memórias, associações*. Elas andam por todo o lado, nas bocas das pessoas, nas suas casas, nas ruas, nos campos, há séculos. A grande dificuldade em escrevê-las hoje em dia é porque vêm acumulando sentidos, memórias, e porque contraíram, entre si, tantos casamentos célebres no passado. (Woolf, 2015)

Tais pensamentos esboçados por Woolf em torno da língua – de que ela atravessa o sujeito antes mesmo de ele surgir, de que o sujeito não a detém, e de que existe um *double bind* isolável entre a necessidade de usarmos a língua e a impossibilidade de usá-la – são

articulações que parecem encontrar eco em certas considerações de Walter Benjamin, Jacques Derrida e Jacques Lacan acerca da língua e da linguagem. Longe de pretender esgotar o assunto, busco examinar alguns aspectos de confluência. Comecemos com um dos textos mais famosos sobre tradução, “Die Aufgabe des Übersetzers” (1921), de Benjamin. Nele, o filósofo e tradutor postula tal *double bind* insolúvel no próprio título do ensaio:<sup>5</sup> a linguagem é necessária; a linguagem é impossível; pois a linguagem é aquilo que nos precede, que nos forma – não à luz clara, mas nas profundezas do inconsciente. (Ou, como diz Woolf em *Craftmanship*, “a nossa inconsciência é a sua [das palavras] privacidade, a nossa escuridão é a sua luz”).

Em *O monolinguismo do outro ou a prótese da origem* Jacques Derrida propõe tal *double bind* insolúvel logo de início, quando afirma: “Eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha” (Derrida, 2001, p. 1). Tal frase desliza, retorce e contorna todo o texto, situando-se no centro desse diálogo autobiográfico criado por ele como uma investigação da construção da subjetividade, da linguagem e do corpo a partir de sua experiência de judeu franco-magrebino, apartado de suas tradições, e, durante a Segunda Guerra, desprovido de qualquer cidadania. Derrida chama o monolinguismo de sua “morada” e o sente como tal – assim ele o habita –, porém diz que, se sua língua de origem é seu elemento, não se trata de um elemento natural, “mas um meio absoluto. Inultrapassável, incontestável: *não posso recusá-lo senão atestando a sua omnipresença em mim*. Ele ter-me-á sempre precedido: sou eu. Este monolinguismo, para mim, sou eu. [...] fora dele eu não seria eu-mesmo” (Derrida, 2001, p. 13-15, grifos meus).

Derrida contradiz a concepção comum de que o falante “possui” uma língua, pois não é ele quem a possui, mas *ela* que o possui – ela o “habita”, como um estranho familiar, simultânea e paradoxalmente inescapável e inalcançável. Ele chega a se perguntar se seria

<sup>5</sup> Este texto foi amplamente traduzido como “A tarefa do tradutor”, embora a palavra alemã *Aufgabe* signifique tanto “tarefa” quanto “renúncia”. O texto, portanto, aborda em seu próprio título o *double bind* inerente à tradução – necessidade (tarefa) e impossibilidade (renúncia). Paul De Man, em “Conclusions’ on Walter Benjamin’s ‘The Task of the Translator’”(1983, p. 20) assim comenta a respeito: “devemos ler este título mais ou menos como uma tautologia: *Aufgabe*, tarefa, pode também significar aquele que deve renunciar. [...] É nesse sentido também a derrota, a renúncia, do tradutor. O tradutor precisa renunciar à tarefa de reencontrar o que estava presente no original [...] A questão, então, torna-se: por que esse fracasso [...] é, para Benjamin, exemplar”. Em 2008, Susana Kampff Lages traduz esse ensaio para o português com o título “A tarefa-renúncia do tradutor”.

possível possuir uma língua. Algo permanece sempre fora, ausente, em nossa experiência da linguagem ou, em suas palavras, “de cada vez que abro a boca, de cada vez que falo ou escrevo, *prometo*” (Derrida, 2001, p. 100). Woolf, por sua vez, trata da incomunicabilidade intrínseca que observa em nós, ou seja, dessa *promessa* irresolvida de comunicação, que é impossível desde o início, quando diz que é uma ilusão compartilhar experiências. O que ouvimos é um eco da experiência alheia na nossa. “Existe em cada um uma floresta intocada; um campo nevado onde não há sequer pegadas de pássaros” (Woolf, 2022, p. 33).

A promessa reside na língua como um chamado àquela língua que ela jamais poderá ser – totalizante, unificadora, capaz de nos expressar – que jamais poderemos possuir, e tanto para Derrida quanto para Woolf a promessa é sempre ameaçadora, aterrorizante. Virginia Woolf afirma que, caso fosse possível a comunicação, se acrescentássemos na imaginação outras dores além das nossas, “a única atitude possível para homens e mulheres seria de horror e desespero” (2022, p. 29). Já para Derrida, a promessa e o terror existem não como o intocado e desconhecido em nós, mas como componentes *da* língua e *para* a língua, que tornam a promessa impossível pois a língua não nos pertence: “A língua é do outro, vem do outro, (*é*) a vinda do outro.” O complexo *double bind* que ele estabelece ao longo de *O monolinguismo do outro* (e que chama de “o duplo gume de uma lâmina afiada”)<sup>6</sup> não se localiza assim na relação de uma língua com outra, nem de uma pessoa com outra – mas no interior da *própria* língua e na própria noção de possuir uma língua. Se a língua tende ao Uno, ou seja, tende a reduzir a natureza heterogênea da realidade, ela tende ao que Derrida denomina de “homo-hegemonia” – e essa homo-hegemonia monoculturalista, por sua vez, torna toda língua uma prática colonial em seu cerne. Ao desistir da relação com o outro, ao esquecer que a língua tende a existir *do e para* o outro, a língua se torna colonial, uma amnésia que pode causar afasia, culminando na impossibilidade da comunicação. A busca pela língua não homo-hegemônica é, por conseguinte, uma busca pelo impossível: “Como o anteprimeiro tempo da língua pré-originária não existe, é preciso inventá-lo. [...]

<sup>6</sup> “Mas antes de tudo e acima de tudo, eis o duplo gume de uma lâmina afiada que gostaria de te confiar, quase sem palavras, eu sofro e fruo com isto que te digo na nossa língua dita comum: *Sim, eu não tenho senão uma língua, ora ela não é minha.*” (Derrida, 2001, p. 15, grifo do original).

Mas que sobretudo é preciso escrever no interior; se se pode dizer, das línguas. É preciso apelar a escrita para dentro da língua dada" (Derrida, 2001, p. 96).

Noção semelhante de que a língua não é um algo *através* do qual algo alheio a ela se expressa, mas de que se constitui aquilo mesmo que *se fala* (que fala a si mesmo) de dentro dela, foi expressa por Walter Benjamin, em 1916, no ensaio "Sobre a linguagem geral e a linguagem do homem":

[...] para compreender uma essência linguística, temos sempre que perguntar de que essência espiritual ela é a manifestação imediata. Isso significa que a língua alemã, por exemplo, não é, em absoluto, a expressão de tudo o que podemos – supostamente – expressar através dela, mas sim, a expressão imediata daquilo que *se comunica* dentro dela. Este ‘*se*’ é uma essência espiritual. [...] É fundamental saber que essa essência espiritual se comunica *na língua* e não *através* da língua. Portanto, não há um falante das línguas, se se entender por falante aquele que se comunica através dessas línguas. (Benjamin, 2011, p. 51-52, grifos do original).

Quando Virginia Woolf insiste que, ao leremos, “temos de permitir que os sentidos submersos permaneçam submersos, sugeridos, não estabilizados, anulando-se e fluindo uns com os outros como correntes no leito de um rio” (Woolf, 2015), ou quando afirma que os chineses podem sentir Shakespeare melhor do que os falantes de inglês, ou insiste que o grego é intraduzível, ou propõe que traduzir os grandes escritores russos equivaleria a privá-los de suas vestes e cultura, talvez esteja portanto sugerindo algo semelhante ao que propõem Benjamin e Derrida: *a ênfase no significante em sua concretude* (forma, som), em vez do significado (sentido), visto que este último está sempre escapando, alterando-se, deslizando, impossível de ser capturado em sua vitalidade.

[...] elas [as palavras] odeiam tudo aquilo que as rotule com um significado, ou as aprisione a uma postura, pois a sua natureza é mudar. Talvez seja essa a sua peculiaridade mais admirável, a sua necessidade de mudança. Porque a verdade que elas almejam alcançar é multifacetada, e elas conduzem-na sendo multifacetadas, iluminando primeiro um sentido, depois o outro. Assim, significam uma coisa para uma pessoa, e outra coisa para outra pessoa, são ininteligíveis para uma geração e claras como água para a seguinte. É por esta complexidade, por esta capacidade de significar coisas diferentes para diferentes pessoas que elas sobrevivem. [...] E quando as palavras são rotuladas, elas dobram as suas asas e morrem. (Woolf, 2015)

É o que parece dizer Derrida ao apontar que o significado de uma palavra nunca é dado, visto ocorrer necessariamente em uma rede de significantes e, portanto, já é ele mesmo, desde sempre, um significante, remetendo sem cessar a outro significante. Não há como determinar origem, posto que só existe uma rede de relações e de *différances*. O sentido seria então um *suplemento*, e na decifração a referência ficaria em suspenso, mais ligada a contextos do que a algo interno, intrínseco, imanente, a ser descoberto (uma essência, o *logos* ou o ser).

Na mesma linha, Jacques Lacan, ao se voltar para o significante, contesta a ideia de que este seja completamente independente do significado, postulando que na verdade o significante *penetra* o significado. Para Lacan, o significante intervém em todos os interesses do ser humano. Existe uma autonomia do significante, diz ele, com leis próprias independentes do significado: a distinção significado/significante vai além do debate em relação à arbitrariedade do signo, “ou até do impasse, experimentado desde a mesma época, que opõe a correspondência biunívoca entre a palavra e a coisa, nem que seja no ato da nomeação” (Lacan, 1998, p. 498 e 503). De certo modo reverberando o Benjamin de “Sobre a linguagem em geral e a linguagem dos homens”, Lacan afirma que “não há língua existente à qual se coloque a questão de sua insuficiência para abranger o campo do significado [...].” Mais adiante, explica: “Pois o significante, por sua natureza, sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que adiante dele sua dimensão. [...] Donde se pode dizer *que é na cadeia do significante que o sentido insiste, mas que nenhum dos elementos da cadeia consiste na significação* de que ele é capaz nesse mesmo momento.” (Lacan, 1998, pp. 505-506, grifos meus).

Vislumbramos nessas considerações de Benjamin, Lacan, Derrida e Woolf um pensamento congênere acerca da existência de certa lacuna entre a língua, o comunicável e o indizível, sinalizando para o irredutível que habita a língua, qualquer língua, e que não se deixa habitar, domar ou partilhar.<sup>7</sup> Ao revelarem, cada qual a seu modo, o encobrimento do

---

<sup>7</sup> Há um conhecimento que não se dá pela expressão de significado, que para Benjamin constituiria a *revelação* (o único conhecimento que não conhece o indizível), e que se manifestaria na concretude do significante. “Pois de todo modo a linguagem *nunca é somente comunicação do comunicável, mas é, ao mesmo tempo, símbolo do não-comunicável.*” (2011, p. 72).

real pela linguagem humana, ou seja, a necessidade perpétua do recurso à representação e a consequente alienação de si mesmo, eles questionam a possibilidade de apreensão e significação inequívocas da realidade (e, por conseguinte, os mecanismos de poder envolvidos quando se abraça a crença de que isso é possível – poder este que, conforme visto, se encontra presente em todo ato de tradução). Vale notar como, para Benjamin, a linguagem é ela mesma tradução.

[...] a língua tem uma palavra própria, e essa palavra vale também *para aquela recepção do sem-nome no nome. É a tradução da linguagem das coisas para a linguagem do homem.* Ele [o conceito de tradução] adquire seu mais pleno significado a partir do entendimento de que toda língua superior (com exceção da palavra de Deus) pode ser considerada enquanto tradução de todas as outras. (Benjamin, 2011, grifo meu)

Paul de Man observa ao comentar “Die Aufgabe des Übersetzers” que, para Benjamin, a tradução não está próxima da poesia (embora o texto trate mais da linguagem poética que da tradução, observa ele), mas da crítica e da teoria. E, ironicamente, tradução e crítica canonizam um original ao fazerem justamente o impensável: ao desfazê-lo.

Tanto a crítica quanto a tradução estão presas ao gesto que Benjamin chama de irônico, um gesto que desfaz a estabilidade do original ao lhe conferir uma forma definitiva, canônica, na tradução ou na teorização. De forma curiosa, *a tradução canoniza sua própria versão mais do que o original jamais foi canônico.* Que o original não era puramente canônico fica claro pelo fato de exigir tradução; ele não pode ser definitivo, pois pode ser traduzido. [...] *A tradução canoniza, congela, um original e revela nele uma mobilidade, uma instabilidade, que a princípio não se notava.* (De Man, 1983, p. 22, grifos meus)

Para Benjamin, diz De Man, a tradução põe um original<sup>8</sup> em movimento precisamente porque o questiona de modo a desfazer “sua pretensão de autoridade canônica”. Não devemos portanto entender o original como cópia, imitação ou parafráse, mas sob a perspectiva da tradução – isto é, como aquilo que é *estranhado*. E isso parece ecoar o que Woolf discute em “Craftsmanship” (grifo nosso): que tudo o que podemos dizer sobre as palavras, ao espreitá-las na “caverna” que habitam [a mente], é que “elas gostam que as

<sup>8</sup> Embora visto como problemático nas teorias da tradução, o termo “original” foi o utilizado por De Man, e portanto replicado aqui ao referenciar este texto.

pessoas pensem e sintam antes de as usarem, mas não que pensem e sintam sobre elas, *mas sobre outra coisa*". Ou seja, nesse movimento livre da língua há sempre o adiamento do significado (o significado sendo perpetuamente mais um significante, como diz Derrida), o deslocamento contínuo de significados.

A cristalização de um significante em um significado, como fazem dicionários ou traduções que enxergam a si mesmas como decalque ou transporte, obriga as palavras a dobrarem suas asas e morrerem, nos termos woolfianos. Esse pensamento de Woolf relaciona-se a outro ponto posto por Benjamin em "Die Aufgabe des Übersetzers": o de que a metáfora (que é também palavra para tradução)<sup>9</sup> não é metáfora. Benjamin realiza aí uma clara alusão ao significante na linguagem, uma vez que metáfora implica deslocamento de significado, e isso é feito de um significante a outro – porém sempre sob algum grau de opacidade, de abertura ao estranho. Para a Woolf de "Craftmanship", o significante, embora sempre o mesmo, alude perpetuamente a "algo diferente", enquanto Benjamin enxerga essa libertação da semântica como tarefa/renúncia da tradução e da crítica, as quais leem o texto na perspectiva da língua pura (*reine Sprache*), uma língua que estaria absolutamente livre da ilusão de significado – que é pura forma, se quisermos. Discorre De Man sobre esse ponto em Benjamin:

Pensamos que estamos à vontade em nossa própria língua, sentimos aconchego, familiaridade, um abrigo na língua que chamamos de nossa, na qual acreditamos não estar alienados. *O que a tradução revela é que essa alienação é mais intensa justamente em nossa relação com a própria língua original*, que a língua original na qual estamos engajados é desarticulada de um modo tal que nos impõe uma alienação particular, um sofrimento particular. (De Man, 1983, p. 24-25)

Woolf alude a um "estranho" e "diabólico poder" de estranhamento que "as palavras possuem, não quando são batidas pelo datilógrafo, mas quando surgem frescas de um cérebro humano" – isto é, quando ainda não foram formuladas como linguagem, mas pertencem a um estado anterior, ao campo nevado a que ela alude em *Sobre estar doente*, e que podemos considerar semelhante ao que Benjamin denomina de "pura língua". Talvez seja a linguagem irredutível da lesma em "Kew Gardens", ou dos pássaros que cantavam em

<sup>9</sup> Metáfora, do grego μεταφορά, "transferência, transposição".

grego (língua vista por Woolf como a epítome do irredutível) para a jovem Virginia Stephen após uma tentativa de suicídio, conforme relatado no texto memorialístico *Old Bloomsbury* – cena que ela mais tarde emprestaria a Septimus Smith em *Mrs. Dalloway* –, ou, mais provável quem sabe, a língua das supressões e ausências que pontuam todos os seus textos e que, tal como os vírus, em vez de delimitar significados estanques para significantes fugidios, os encapsulem em som e forma, intensificando-os contra um pano de fundo de perpétua mobilidade.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. **A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin.** Quatro traduções para o português. CASTELLO BRANCO, L. (Org.) Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Linguagem, tradução, literatura.** Trad. J. Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BERNARD, Catherine. Translating Woolf's Essays: Reflections on an Experience of Polyvocal Writing. In: **Études britanniques contemporaines**, n. 48, 2015 <http://journals.openedition.org/ebc/2232>
- CASSIN, Barbara. **Elogio da tradução.** Complicar o universal. Trad. Daniel Falkemback e Simone Petry. São Paulo: Martins Fontes, 2022.
- DAVISON, Claire. **Translation as Collaboration.** Virginia Woolf, Katherine Mansfield and S. S. Koteliansky. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014. <https://doi.org/10.4000/trans.417>
- DE MAN, Paul. “Conclusions” on Walter Benjamin’s “The Task of the Translator”. Messenger Lecture, Cornell University, 1983. **Yale French Studies**, v. 69, 1985.
- DERRIDA, Jacques. **O monolingüismo do outro ou a prótese da origem.** Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, 2001.

DOJČINOVIC-NEŠIĆ, Biljana. Translation as Border-Crossing: Virginia Woolf's Case. **TRANS**, 2010. <http://journals.openedition.org/trans/417>

LACAN, Jacques. A instância na letra no inconsciente ou a razão desde Freud. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O significado da tradução e a tradução do significado. **Revista Letras**, Curitiba, n. 56, p. 67-76. jul./dez. 2001.

WOOLF, Virginia. Craftmanship – um passeio à volta das palavras. Trad. Cátia Sá. **Caderno de Leituras, n. 34**. Chão da Feira, 2015.

WOOLF, Virginia. **Sobre estar doente**. Trad. Ana Carolina Mesquita e Maria Rita Drumond Viana. São Paulo: Nós, 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Vanessa Barbara. São Paulo: Antofágica, 2022.

WOOLF, Virginia. **O leitor comum**. Trad. Ana Carolina Mesquita e Marcelo Pen Parreira. São Paulo: Tordesilhas, 2023.

ZHANG, Xiaoquan Raphael. A Voice Silenced and Heard: Negotiations and Transactions Across Boundaries in Ling Shuhua's English Memoirs. **Comparative Literature Studies**, v. 49, n. 4, Special Issue: Modern China and the World: Literary Constructions, 2012, pp. 585-595. <https://doi.org/10.5325/complitstudies.49.4.0585>

**Data de submissão: 30/05/2025**

**Data de aceite: 02/09/2025**